

Escola do Campo e Comunidade: desafios de participação no Projeto Político Pedagógico

Karla Renata Melo da Rosa*, Josilaine Antunes Pereira**

Resumo

Este artigo é oriundo de um recorte da dissertação intitulada: Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo de Pouso Redondo, SC: desafios na participação da comunidade, na qual foi retratada a percepção de uma parte da comunidade escolar na atualização do Projeto Político Pedagógico. A pesquisa, sob a perspectiva metodológica, caracterizou-se como uma abordagem qualitativa. Sendo assim, para a coleta de dados, foi realizada uma roda de conversa, em que – por meio de questões orientadoras – professores, famílias de estudantes e a gestão escolar expressaram suas percepções acerca da atualização do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo. Compuseram a roda de conversa, três professores(as), cinco representantes das famílias dos estudantes e um(a) gestor(a) escolar. Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. Por fim, concluiu-se que a atualização do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo de Pouso Redondo (SC) não ocorre de maneira coletiva e, portanto, permanece como uma questão burocrática conduzida pela direção da escola, orientada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Palavras-chave: escola do campo; projeto político pedagógico; comunidade escolar.

Rural School and Community: challenges of participation in the Pedagogical Political Project

Abstract

This article comes from a section of the dissertation entitled Pedagogical Political Project of a rural school in Pouso Redondo, SC: challenges in community participation, in which the perception of part of the school community in updating the Pedagogical Political Project was portrayed. From a methodological perspective, the research is characterized by a qualitative approach. To collect the data, a round table discussion was held in which teachers, students' families and the school management expressed their perceptions about updating the Pedagogical Political Project of a rural school. Three teachers, five representatives of the students' families and one school manager took part in the discussion. The content analysis proposed by Laurence Bardin was used to analyze the data. It was concluded that the updating of the Pedagogical Political Project of a rural school in Pouso Redondo, SC, does not take place collectively, but remains a bureaucratic matter conducted by the school management, guided by the Municipal Department of Education and Culture.

Keywords: rural education; political-pedagogical project; school community.

Escuela Rural y Comunidad: desafíos de la participación en el Proyecto Político Pedagógico

Resumen

Este artículo proviene de una sección de la disertación titulada Proyecto Político Pedagógico de una escuela rural de Pouso Redondo, SC: desafíos en la participación comunitaria, en la que se retrató la percepción de parte de la comunidad escolar en la actualización del Proyecto Político Pedagógico. Desde el punto de vista metodológico, la

* Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Membro do Grupo de pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-9583>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6103410969372472>. E-mail: karlarosa@uniplaclages.edu.br.

**Doutora em Educação (UNISINOS). Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal. Líder do grupo de pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER). Professora no curso de Pós Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-0919>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6632644658092786>. E-mail: antunesjo@uniplaclages.edu.br.

investigación se caracteriza por un abordaje cualitativo. Para recolectar los datos, se realizó una mesa redonda en la que profesores, familiares de alumnos y la dirección de la escuela expresaron sus percepciones sobre la actualización del Proyecto Político Pedagógico de una escuela rural. En la ronda de discusión participaron tres profesores, cinco representantes de las familias de los alumnos y un directivo de la escuela. Para analizar los datos se utilizó el análisis de contenido propuesto por Laurence Bardin. Se concluyó que la actualización del Proyecto Político Pedagógico de una escuela rural de Pouso Redondo, Santa Catarina, no se realiza colectivamente, sino que sigue siendo una cuestión burocrática conducida por la dirección de la escuela, orientada por la Secretaría Municipal de Educación y Cultura.

Palabras clave: escuela rural; proyecto político pedagógico; comunidad escolar.

INTRODUÇÃO

Para compreendermos como funciona a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP), é necessário entendermos o momento em que estamos inseridos, explorando as contradições presentes na escola, para que consigamos, deste modo, construir algo novo, partindo do que já foi construído anteriormente. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar se há – ou não – a participação da comunidade escolar na atualização do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo do município de Pouso Redondo (SC).

Em relação ao que foi exposto anteriormente, é preciso destacar que, atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), em seus arts. 12, 13, e 14, dispõe sobre as incumbências das instituições de ensino no que se refere a elaborar e executar suas propostas pedagógicas. Assim, elas precisam articular-se com as famílias e a comunidade, criar processos de integração da sociedade com a escola, bem como promover a participação docente na elaboração da proposta pedagógica. Diante disso, infere-se que a gestão democrática do ensino público se dá com a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

De acordo com Veiga (1998), o Projeto Político Pedagógico se constitui como uma ação intencional e com compromissos definidos coletivamente. Dessa forma, a produção de um Projeto Político Pedagógico passa por um processo de mobilização da comunidade escolar e, por meio de reflexões coletivas, delimitam-se as diretrizes que orientarão a elaboração desse projeto (Macedo, 2013).

Além disso, pode-se ressaltar que a expressão “projeto político pedagógico” recebe essa denominação, pois a palavra “projeto” destaca a necessidade de mudança por meio da transformação e da construção coletivas; “político”, porque utiliza um referencial teórico, crenças, visões de mundo e intenções reais sobre o processo de transformação; e “pedagógico”,

já que todo processo é educativo e coletivo, logo, conduz à busca de conhecimentos significativos (Lima, 2011).

Atualização coletiva do Projeto Político Pedagógico: realidade ou utopia?

O Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, parafraseando Roseli Caldart (2004), deve ser pensado sob uma perspectiva em que haja a participação dos sujeitos do campo, consequentemente, a elaboração e a atualização do documento devem ser feitas com o auxílio deles, e não para eles. Desse modo, as comunidades camponesas têm de participar do planejamento e da organização das políticas e das práticas implementadas no campo. Tais práticas, contudo, precisam ser realizadas dialogicamente com os diferentes atores que compõem o campo e vivem em função dele. Isso é necessário a fim de que essas pessoas permaneçam nessa área, assim como saibam enfrentar os problemas relacionados a esse local; tornando-se, por conseguinte, plenamente capazes de transformar a realidade do lugar em que vivem. Enfim, o PPP deve ser um instrumento de reconhecimento dos modos de vida, das especificidades, da organização social, política, econômica e cultural dos povos do campo, dado que eles também são produtores de conhecimento cujos saberes devem fazer parte do processo formativo (Reis, 2011).

Ademais, a Educação do Campo é resultado de um movimento que emergiu da luta e das diferentes formas de resistência dos movimentos sociais camponeses. Sendo assim, ela busca a afirmação da identidade dos povos locais e reconhece os aspectos socioculturais relacionados à produção e à aplicação do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo. Objetiva, portanto, a materialização de uma instituição escolar voltada a atender as necessidades e peculiaridades dos povos que residem em áreas campestre; considerando seus saberes próprios, sua cultura, identidade e maneiras de organização social e política. Em síntese, trata-se de uma educação conduzida pelos próprios sujeitos camponeses.

Em conformidade com o que já foi afirmado, evidencia-se que em virtude da materialização coletiva do Projeto Político Pedagógico, a escola terá a possibilidade de traduzir os anseios, as necessidades e as expectativas dos camponeses, tendo em vista a construção e implementação de uma prática educativa sistemática e intencional (Souza, 2016).

O Projeto Político Pedagógico, segundo Gadotti (1994), é marcado pela diversidade de quem participa de sua elaboração. Dessa maneira, cada escola é resultado de um processo

de desenvolvimento caracterizado por suas próprias contradições. Ora, não existem duas escolas iguais, nem um padrão a ser seguido. Dito isso, salienta-se que as instituições educacionais devem ter – e desenvolver – autonomia para estabelecer seus projetos, executá-los, assim como avaliá-los. A autonomia do Projeto Político Pedagógico faz parte, em comunhão com a gestão democrática, da natureza do ato pedagógico. Esse tipo de gestão, portanto, integra o Projeto Político Pedagógico e exige a mudança de mentalidade da comunidade escolar, bem como implica que as famílias, os estudantes, os professores e os funcionários colaborem no que tange à elaboração do projeto da escola (Gadotti, 1994).

Do mesmo modo, Gutierrez e Catani (1998) afirmam que a participação de diferentes sujeitos se funda no exercício do diálogo entre as partes envolvidas. Essa comunicação acontece entre pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, envolve agentes dotados de distintas competências e habilidades para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. Semelhantemente, como já foi mencionado, Vasconcellos (2009) demonstra que o Projeto Político Pedagógico pertence a um planejamento participativo, que define as práticas educativas e, assim sendo, é produzido coletivamente. Em resumo, esse tipo de projeto é uma tentativa de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento.

Outrossim, para Roseli Caldart (2004), o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo é praticado e construído coletivamente. Além disso, ele deve apresentar em sua constituição elementos que podem identificá-lo como parte do campo, assim como ser produzido considerando os aspectos de socialização. Nesse sentido, a escola passa a ser compreendida como um espaço de vivência das relações sociais, de formação de sujeitos conscientes em relação às transformações de um projeto de desenvolvimento educacional. Isto posto, depreende-se que é preciso desenvolver uma visão de mundo crítica no que diz respeito à realidade social, considerando as historicidades, a relação entre os fatos e os acontecimentos. Para tanto, tem-se de respeitar e, ao mesmo tempo, construir novas formas de vida.

Ao se pensar sobre a intencionalidade política e pedagógica da Educação do Campo, é importante considerar as identidades dos sujeitos que compõem o campo, sua autoestima, memória, resistência cultural e a militância social. É preciso permitir aos estudantes a reflexão sobre como a escola pode ajudar a cultivar utopias, respeitando a cultura camponesa e a própria

fase em que se encontram os diferentes educandos, refletindo, deste modo, sobre a intencionalidade educativa da escola.

Em suma, a atualização do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo deve ser coletiva, articulada, com intencionalidade. Precisa levar em consideração a diversidade cultural e social, as experiências das comunidades camponesas, suas expectativas; visando à formação social, pautada em um projeto de desenvolvimento capaz de atender as demandas dos povos do campo.

Metodologia

A pesquisa, enquanto um meio de diálogo, é guiada por interesses sociais, sendo a pesquisa qualitativa guiada pelo desejo de compreender os acontecimentos da vida cotidiana, buscando explicar esses acontecimentos por meio de conceitos já existentes. Dessa forma, quanto ao modo de abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois ela possibilita estudar os significados da vida das pessoas nas condições em que realmente estão inseridas, e cotidianamente vivem, representando as perspectivas e visões dos participantes de um determinado estudo, abrangendo as condições sociais, institucionais e ambientais, locais onde a vida das pessoas se desenrola (Yin, 2016).

A pesquisa foi realizada em uma escola do campo no município de Pouso Redondo (SC) e contou com a participação de três professores(as) atuantes no Ensino Fundamental – Anos Finais, cinco mulheres representantes das famílias dos estudantes – entretanto, no decorrer da roda de conversa, apenas duas representantes expressaram suas percepções acerca das questões realizadas – e um(a) gestor(a) escolar. Em relação à participação dos sujeitos, foi utilizada uma amostra de 10% das famílias dos estudantes, em razão do tempo disponível para a análise dos dados. Quanto à participação dos professores e da gestão escolar, todos foram convidados a contribuir.

Nesse contexto, o instrumento escolhido para a coleta de dados foi a roda de conversa, pois ela proporciona melhores resultados quando trabalhada com sujeitos de diferentes grupos (Triviños, 1987). Ademais, à medida que a roda de conversa acontece, novas hipóteses podem surgir por meio da interação entrevistador/entrevistado, possibilitando, assim, a exploração de novos caminhos a serem percorridos. A roda de conversa é um dos meios que o

entrevistador realiza a coleta de dados, partindo de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que, futuramente, podem oferecer novas hipóteses (Triviños, 1987).

Em consonância com essa metodologia, os sujeitos envolvidos, selecionados a partir de um recorte da comunidade escolar, participaram de uma roda de conversa visando, por meio de questões orientadoras, ouvir os participantes, seus pontos de vista e suas experiências, com o objetivo de verificarmos se há – ou não – a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico. “[...] convém lembrar, que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados” (Gil, 2002, p. 115). Dessa forma, os participantes apresentam-se como parte central na pesquisa qualitativa.

Por fim, para analisar os dados obtidos durante a pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). A análise de dados, quando realizada de maneira sistemática, seguindo um rigor científico, contribui para a construção do conhecimento a partir das informações coletadas durante a pesquisa. A abordagem proposta por Bardin (2016) oferece uma estrutura que orienta esse processo, garantindo, dessa maneira, que as pesquisadoras explorem, compreendam e interpretem de maneira crítica os dados para responder à questão que orienta a pesquisa.

Atualização do Projeto Político Pedagógico: perspectiva da comunidade escolar de uma escola do campo de Pouso Redondo (SC)

A roda de conversa, realizada nas dependências da escola do campo pesquisada, contou com a presença de três professores(as) atuantes no Ensino Fundamental – Anos Finais, com idades de 45, 30 e 25 anos, docentes das disciplinas de Arte, Educação Física e Ciências. Com o intuito de fortalecermos a relação com a Educação do Campo, utilizaremos pseudônimos para nos referirmos aos sujeitos pesquisados, apresentando-os com nomes de algumas comunidades rurais de Pouso Redondo (SC). Os professores participantes da roda de conversa, portanto, serão denominados **Santa Rita, Ribeirão Vassoura e Barro Branco**.

A roda de conversa com os professores teve como base três questões orientadoras, a primeira questão realizada para os(as) professores(as) foi: a) de acordo com sua percepção, a participação dos(as) professores(as) na construção do Projeto Político Pedagógico contribui na qualidade de ensino ofertada na escola do campo em que atua?

Santa Rita: Bom, eu acho que contribui muito pelo ponto de vista que quem conduz toda a estrutura de estudo, de matérias e ensino, são os professores, justamente. Eu acho que apesar de muita rotatividade ainda que existe no meio escolar, dos professores que entram e saem. Eu acho que é fundamental que os professores atuem na construção, se faça a construção coletiva com os professores e que os professores tenham entendimento do quão importante é a fala e o estudo do PPP. Acho que é de suma importância, sim, a colaboração dos professores dentro do estudo.

Ribeirão Vassoura: Eu também concordo que faz toda diferença, até porque eu comecei a trabalhar esse ano na Escola, na construção do PPP ou tendo noção do que é o PPP para o profissional que não trabalhava na escola, ou profissional que está iniciando a carreira como professor isso vai dar subsídio para ele: “Ah, mas então eu estou na escola, tenho que comportar dessa maneira, estou formando o aluno”... lá no PPP vai constar tudo isso. Qual o objetivo da escola? A gente tem os objetivos de cada disciplina, mas qual o objetivo da formação daquele aluno na escola? Sempre falo isso nas salas de aula, falo para os professores, porque o aluno está passando pela escola e o que a gente quer fazer de diferença nele. Então, isso tem que estar muito bem estruturado no PPP. Quando ele inicia numa escola como aqui, no maternal ou no pré, e ele vai ficar aqui até o 9º ano, o que a gente quer que ele... Qual o objetivo da equipe pedagógica ou qual é o objetivo do PPP para que esse aluno saia da escola? Quais são os objetivos? Então, de suma importância, a gente estar casado com toda essa construção do PPP, que traz todo aquele conhecimento teórico de quais métodos de aprendizagem que a gente vai utilizar com nossos alunos. A gente sabe que tem vários métodos e cada professor também tem a sua didática, mas a gente tem que saber qual é o método que é utilizado e, inclusive, o PPP vai falar tudo, como é a avaliação, de que maneira que ela é. Assim, o profissional vai estar de acordo com o coletivo que foi decidido.

Pôde-se observar que os(as) professores(as) Santa Rita e Ribeirão Vassoura destacam a necessidade de uma abordagem concisa de orientações para a atualização coletiva do PPP da escola do campo, bem como reconhecem que a participação dos professores é fundamental para a construção desse documento. Embora compartilhem da mesma perspectiva no que diz respeito à atualização do PPP, os dois professores expressaram diferentes aspectos que consideram importantes para que isso aconteça. O(a) Santa Rita enfatiza que, de fato, é importante a participação do corpo docente na atualização coletiva do PPP, contudo não chega a narrar sua experiência nessa atualização. Ribeirão Vassoura, por outro lado, ressalta que o PPP deve servir como documento orientador para os profissionais que estão ingressando na educação.

Corroborando com as falas dos(as) professores(as) Santa Rita e Ribeirão Vassoura, Luz (2020) nos diz que os docentes são atores importantes para a construção e desenvolvimento

do PPP da escola, pois são eles que desenvolvem um trabalho pedagógico com os estudantes. Desse modo, faz-se necessário haver uma maior integração no que se refere à participação dos professores na produção desse documento.

Demais, a segunda questão orientadora foi sobre: b) como ocorre sua participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola do campo? Em que momento contribui com suas ideias?

Santa Rita: Eu acho que eu, enquanto professor, não teve uma parada [pedagógica] de estudo do PPP, eu acredito que seja trabalhado de tempos em tempos a questão do PPP. Mas, a minha participação, ela tá desde a parada pedagógica que a gente faz, do conselho de classe e, até mesmo, da reunião com os alunos, conversa com os alunos. O PPP tá integrado dentro de todas as ações dos professores, eu acredito, enquanto professor, na escola. Então, a gente percebe, talvez, a minha participação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola tá desde a participação no conselho de classe, de uma reunião pedagógica, então ela tá além do plano político-pedagógico em si. É uma construção diária, eu acredito.

Ribeirão Vassoura: Complementando [...] como eu falei, iniciei esse ano na escola e a gente sabe que não tem tempo hábil para todo mundo [no caso, para discutir o PPP]. Mas, sempre no do início ano, é feita uma assembleia de pais, tem umas certas regras que têm que ser cumpridas e que a direção da escola expõe para os pais, se vai continuar daquela maneira. Tem algumas coisas que já ficaram propriamente decididas pela parte da direção, coordenação, Secretaria de Educação, e também, como o(a) Santa Rita falou, a gente vai colocando em reunião pedagógica, em planejamento, às vezes, numa conversa informal com a direção: “Vamos realizar tal coisa, vamos fazer tal coisa”, ou esse ano, que a gente iniciou com o Grêmio Estudantil, que não tinha na escola, foi uma conversa informal, então acredito que a construção do PPP é a todo momento. A gente não viu a coisa propriamente dita: “Não, hoje vamos aqui parar para fazer o PPP”, mas ela tá acontecendo o tempo inteiro nas entrelinhas. Cabe a um certo momento, que vai ter que ser alguém que vai se responsabilizar de colocar tudo aquilo no papel. Mas eu acho que é de suma importância uma hora, não sei como é que tá nosso PPP aqui, eu não... nós lemos ali o PPP até pra questão do trabalho da escola, mas de quanto em quanto tempo ele é revisto. Eu sei que, como estava em outra instituição, teve uma época em que foi feito todo um trabalho, um estudo da formação dos diretores, coordenadores e alguns professores, que fizeram uma formação para formar o PPP. [...] Mas, respondendo à pergunta, acho que ele é feito nas entrelinhas: “Ah, mas isso aqui a gente tem que colocar lá no PPP também”.

Diante disso, pode-se notar que os(as) professores(as) Santa Rita e Ribeirão Vassoura enfatizam que a atualização do PPP da escola do campo não deve ser uma atividade isolada, mas, sim, um exercício contínuo que envolve diferentes momentos do cotidiano escolar. Apesar de não ter acontecido uma parada pedagógica específica para o estudo do PPP

da escola, essa construção ocorre no decorrer do ano letivo, desde as reuniões pedagógicas, conselhos de classe, até às conversas informais com a direção da escola. Santa Rita e Ribeirão Vassoura, todavia, não evidenciam como ocorre sua participação no processo de atualização do PPP. Essa lacuna demonstra que a atualização dele deve acontecer em um momento específico, destinado para isso, contando com os sujeitos que compõem a escola do campo.

Nessa perspectiva, a LDB, no art. 14, inciso I, estabelece a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. Não basta, contudo, somente estabelecer isso, é necessário também reconhecer a importância da participação dos professores na atualização do PPP. Sobre isso, Bento e Longhi (2006) destacam a relevância da contribuição docente nesse processo de reescrita do documento, sugerindo ações possíveis de serem executadas e que possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada na escola.

Já a terceira questão orientadora indagada aos professores foi: c) para você, de que maneira é possível incluir os saberes dos povos do campo na elaboração do Projeto Político Pedagógico?

Ribeirão Vassoura: Trazer os membros da comunidade pra dentro da escola, que a gente fez... como a gente tá fazendo agora, como a gente fez também naquele trabalho que a professora de História fez, trazendo membros da comunidade pra vir dar seus depoimentos de como foi construída a escola, em eventos da escola quando a gente faz, como Dia da Família, teve a comemoração de 80 anos. Eu acho que é nesse momento e, até mesmo, às vezes, em alguns momentos em que algum professor, alguém convida alguém, traz relatos, eu acho que ali a gente escuta desse pessoal da própria comunidade o que eles desejam que seja a escola. Então, eu acho que esses momentos são bem válidos.

Santa Rita: Bom, eu acho que toda uma comunidade traz uma história e eu percebi que a festa de 80 anos, como eu não conhecia nada sobre a escola que eu trabalho, como a gente conhece pouco da riqueza das pessoas que estão próximas, eu acho que a escola, a comunidade do campo, ela pode contribuir muito, justamente, pelas gerações que passam na escola e toda... olha as gerações que têm um aluno que estudou naquela escola. Tudo é conhecimento, tudo é uma riqueza. Eu acho que contribui muito, sim, eu acho que a vinda, como a(o) Ribeirão Vassoura falou, a vinda das famílias na escola, participando da comunidade, nossa própria festa junina, que eu acho que é um... sem dúvida, acho que é um evento que marca nossa escola todo ano, que a gente espera todo ano, é a festa junina da escola. Que acho que é uma festa que reúne quase toda extensão da comunidade aqui, Lajeado, Rio Novo, Corruchel, enfim... é uma maneira de trazer eles, participando mesmo, acho que é válido para a construção do PPP, sim, a participação da comunidade, bem interessante, bem importante.

Os(as) professores(as) Santa Rita e Ribeirão Vassoura salientam a importância da participação da comunidade escolar na elaboração de um PPP contextualizado que considere as especificidades da comunidade em que a escola está inserida e reconheça o valor da história da comunidade e a grandeza de seus conhecimentos existentes. Conforme Bento e Longhi (2006), os professores são agentes essenciais para elaborar a redação técnica e buscar o referencial teórico que fundamente os ideais e opiniões expostos nas reuniões de construção do PPP, no entanto esse processo de escrita também poderá contar com o apoio de outros agentes envolvidos. Enfim, a atualização coletiva do PPP é, justamente, a possibilidade de reconhecer as identidades existentes no campo, bem como de propor a reflexão e a mudança das práticas pedagógicas desenvolvidas (Bento; Longhi, 2006).

Em contrapartida, ao final do diálogo com os professores, observamos que, apesar das indagações durante a roda de conversa, o(a) professor(a) **Barro Branco** optou por não expressar sua percepção acerca das questões levantadas durante a realização da roda de conversa.

Essa roda de conversa contou com a presença de cinco mulheres representantes das famílias dos estudantes. No decorrer do diálogo, entretanto, apenas **Serra Azul**, 47 anos, e **Serra do Aterrado**, 49 anos, fizeram suas considerações sobre as questões realizadas. Dito isso, pode-se afirmar que o silêncio das demais participantes evidencia o desconhecimento das famílias no que tange à atualização do PPP da escola, ratificando a premissa de que esse grupo é incluído, no ambiente escolar, somente em atividades festivas promovidas pela escola.

No início do diálogo, a primeira questão orientadora foi: a) para você, como deve ocorrer a construção do Projeto Político Pedagógico da escola do campo?

Serra Azul: Eu penso que deveria ser assim como foi feito hoje, chamado algumas famílias, alguns alunos e ouvido a opinião deles também. Porque, muitas vezes, a opinião de uma casa, de uma família vai abrir mais oportunidades, uma ideia diferente, algo novo, porque não que esteja errado, mas, assim, a direção, os professores eles trabalham em cima de uma realidade da educação e, às vezes, vindo de dentro de uma casa uma ideia, uma coisa, às vezes vem coisa nova pra se trabalhar, sabe? Então, quem sabe se tivesse mais oportunidade desse tipo de coisa. Eu sei que é difícil, nem sempre as pessoas têm disponibilidade de vir, pelo trabalho, ou pelo transporte, mas assim, se tivesse esse tipo de coisa, uma reunião que chamasse as pessoas pra conversar, pra ver o que elas pensam, que ideias que elas teriam, sabe? Porque, às vezes, do nada lá, uma família tem uma ideia que acaba ajudando toda a comunidade escolar e não só a... a coordenação ou os

professores se reunir, sabe? Ouvir os alunos, colocar alguns alunos, que eles são novos, eles ainda tão aprendendo, mas, às vezes, eles dão uma ideia, alguma coisa que sugere alguma coisa pra colaborar, sabe?

Serra do Aterrado: Só complementando [...], eu acho que também a gente trazendo mais as pessoas, a gente traz a vivência da criança, a realidade que a criança tá inserida naquele... no seu espaço, porque engloba todo um... um monte de coisa que o professor pode trabalhar em cima em sala de aula. A infinidade de matérias, de temas a serem trabalhados, eu acho que trazendo essas pessoas vai trabalhar mais a realidade da criança.

Isto posto, Serra Azul e Serra do Aterrado frisam que a escola do campo deve proporcionar mais momentos destinados à participação das famílias na construção do PPP, pois por meio da diversidade existente no campo (considerando-se as particularidades de cada família) e a compreensão da realidade em que o estudante está inserido, será possível obter um ensino mais alinhado com as peculiaridades da vida campesina. Observa-se, portanto, no discurso das famílias, a contradição social, tomada pelo materialismo histórico como um princípio metodológico. Marx concebe o sujeito cognoscente como sujeito histórico, visto que reconhecer e transformar são tomadas de consciência histórica (Paraná, 2008).

Marx considera o processo de conhecimento como uma atividade prática, laboriosa, o qual, ao apropriar-se do real, o transforma. O pensamento é uma forma de transformar o real e há historicidade no conhecimento empírico de situações particulares. A realidade social está em contínua transformação, é historicamente determinada e está sujeita a leis históricas. Para captar essa totalidade, o conhecimento percorre níveis inter-relacionados de análise contextualizada: ações e atitudes individualizadas, por um lado, e ações e movimentos coletivos, processos históricos estruturais, por outro lado (Paraná, 2008 p. 62).

Assim sendo, Serra Azul e Serra do Aterrado expressam o desejo por uma escola que articule os saberes acadêmicos com aqueles encontrados nas diferentes comunidades atendidas, ouvindo suas realidades. De acordo com Bento e Longhi (2006) ouvir as famílias significa envolver-se com elas, demonstrando interesse em tudo que acontece nos tempos e espaços da escola. As falas de ambos os pesquisados revelam uma estreita relação com a contradição dialética, evidenciada pelo materialismo histórico e dialético. Sobretudo, quando ressaltam a visão homogênea presente na Educação do Campo que, por vezes, negligencia as peculiaridades das comunidades campesinas, bem como quando apresentam a necessidade de uma escola do campo contextualizada, que considere os conhecimentos e saberes das famílias e dos estudantes dessa instituição escolar para a atualização do PPP. A práxis, com

feito, se dá como um meio fundamental para a reescrita coletiva do documento, já que se vale da mobilização e do diálogo com as comunidades campesinas a fim de materializar uma escola alinhada às suas necessidades e peculiaridades.

A terceira questão orientadora, por outro lado, procurou questionar as famílias dos estudantes: b) de que maneira a cultura e os saberes dos povos do campo podem ser inseridos no Projeto Político Pedagógico da escola?

Serra Azul: Às vezes, trazendo uma pessoa da comunidade pra uma conversa com os alunos, porque, assim, às vezes uma pessoa idosa vai saber contar a história de algum lugar, da região, da comunidade, da localidade, trazendo pra conversar... porque, assim, os alunos são muito acostumados com o professor ali na frente explicando e eles ouvindo. Depois fazendo o trabalho pra entregar ou a prova. Às vezes, trazendo de fora, sabe? Uma pessoa mais idosa, um... alguém de fora pra dar aula aquele dia, pra fazer uma conversa, pra modificar o de todo dia, sabe? O costume de todos os dias de dentro de sala de aula. Seria uma ideia, né?! A cultura, de sei lá, tentar... cada comunidade aqui ao redor, eu sei que a gente tem as festas das comunidades, tentar trazer a comida típica pra dentro da escola, por que não? Lá na minha comunidade a gente é acostumado a fazer os bolos pra vender, o risoto, trazer essa... cada comunidade, cada grupo trazer isso pra cá. Porque é legal as pessoas se sentirem valorizadas quando se busca a história, sabe? É... as pessoas gostam e é uma forma de trazer as famílias pra dentro da escola

Como se pôde notar, Serra Azul demonstra que é necessário levar os saberes da comunidade para dentro da escola, valendo-se, por exemplo, de rodas de conversa com pessoas idosas que residem nesse local. Isso fomentaria a inserção de elementos culturais dos campesinos na educação e proporcionaria o resgate e a valorização da história local, criando uma maior conexão entre a escola do campo e os moradores locais. Conforme Longhi e Bento (2006, p. 177), a participação dos pais, pode não se dar por meio de bases teóricas, mas certamente, trará desejos, angústias e medos, no que diz respeito à vida escolar dos filhos. Além disso, é possível que o olhar dos estudantes seja ressignificado em relação à escola.

A terceira questão orientadora do diálogo com as famílias foi: c) como a escola pode envolver a comunidade escolar na construção de um ambiente escolar mais inclusivo, que contenha as características da própria comunidade? Quais parcerias locais podem ser aproveitadas?

Serra Azul: Aqui na nossa escola a gente já tem isso, a gente já tem essa parceria, a gente tem o contato... a gente tem o Dia da Família na Escola, tem a reunião no início do ano, em outras vezes... como esse ano aconteceu pra construção do muro da escola, foi pedido, teve a parceria dos pais, a

participação de alguns pais que vieram colaborar também e, assim, às vezes falta... é que a gente fica com receio, aqui a gente tem a APP que também se movimenta com a coordenação, mas, às vezes, é receio de pedir para que as pessoas venham pra ajudar na horta, pra pintar o muro da escola, pra fazer uma coisa diferente. É legal trazer a família pra dentro da escola, porque a escola tá sempre de portas abertas, mas, às vezes, falta a gente achar uma maneira de fazer com que eles venham mais vezes e não venham só quando for chamado que o aluno aprontou, porque o aluno se machucou. Tentar trazer eles mais vezes pra escola.

A Serra Azul enfatiza, portanto, que já existe uma parceria entre a escola e a comunidade, em função da realização de eventos, das reuniões de pais, do envolvimento de algumas famílias na concretização de determinados projetos desenvolvidos pela escola, bem como da existência e articulação da Associação de Pais e Professores (APP) em colaboração com a gestão da instituição. Aponta, ademais, a necessidade de encontrar formas de engajar – ainda mais – a relação família-escola. Em vista disso, concordamos com Bento e Longhi (2006): a construção do PPP deve ocorrer coletivamente, por conseguinte, tem de contar com o envolvimento das famílias na sua elaboração. Ainda mais por se tratar de um documento que expressa a identidade de uma comunidade escolar e não de apenas um grupo ou uma equipe técnica; sendo, portanto, uma necessidade e não apenas uma obrigação.

Em síntese, o discurso de Serra Azul revela a contradição existente nas iniciativas da escola do campo para promover a participação da comunidade nas suas atividades, assim como evidencia a necessidade de engajamento frequente e significativo das famílias dos discentes com as atividades pedagógicas desenvolvidas. Como forma de superar essa contradição, a instituição escolar do campo deve buscar estratégias que valorizem o diálogo e os saberes das comunidades campesinas. Reconhecendo, logo, o papel fundamental do círculo familiar na educação.

Com o intuito de finalizar a roda de conversa, foram realizadas indagações à gestão escolar. A primeira pergunta para esse grupo foi: a) em sua percepção, enquanto gestor(a) escolar, a colaboração entre escola e comunidade escolar contribui para o sucesso da escola do campo?

Sumidor: Com certeza, e a gente tem uma ótima colaboração aqui na nossa escola das famílias, com a equipe, com os alunos, com a direção, a gente tem a participação ativa desse grupo de pessoas e isso faz, com certeza, toda a diferença pra que a gente tenha uma escola bem-sucedida, porque não é só a escola sozinha, a gente não pode ter escola sozinhos, a gente tem que ter a parceria das famílias que estão ali em contato com esses alunos, trazendo as

realidades de casa. Então, é ótimo ter essa parceria e, com certeza, faz toda diferença.

Ante o exposto, vê-se que Sumidor explicita a importância do envolvimento das famílias para o bom funcionamento do ambiente escolar, visto que a escola não pode operar isolada dela: “quanto mais ampla for a participação de diferentes agentes no processo de construção do projeto, mais ampla pode se tornar essa autonomia” (Longhi; Bento, 2006, p. 174). Atestando, desse modo, que a colaboração entre a comunidade e a escola é fundamental para a criação e consolidação de um ambiente educacional contextualizado com a prática e a cultura campestres.

Já a segunda questão orientadora realizada para a(o) gestor(a) da escola do campo consistiu em: b) de que maneira a gestão escolar incentiva a participação dos professores e de demais membros que compõem a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico da escola do campo?

Sumidor: Como já foi citado antes, muitas vezes esse documento ele já chega basicamente pronto pra gente, já existe algo que a gente segue e ali tem as partes dele que compõem o documento que a gente faz as adaptações conforme nossa realidade escolar. Todo ano acontecem adaptações no PPP, mudando os projetos, mudando quadro de funcionários, número de alunos, as comunidades que são atendidas, então todo ano acontecem essas alterações. No ano passado a gente fez um curso durante o ano todo, eu e a coordenadora pedagógica, como direção de escola, que foi ministrado pelo Senai, onde a gente recebeu toda uma formação pra construção do nosso PPP, então ele está recentemente modificado, atualizado, de acordo com as informações que a gente veio recebendo no curso do ano passado. E tiveram momentos também de parada com professores pra leitura, pra expor aquilo que a gente estava alterando, então a gente faz esses momentos, mas muitas vezes ele já chega – a maior parte – dele pronto pra gente. Então, a gente acaba adaptando, colocando as informações na própria direção mesmo, enquanto administrativo da escola.

Dito isso, é possível destacarmos, em relação à contribuição de Sumidor, que os(as) gestores(as) escolares participaram de uma formação que objetivava instruí-los para a elaboração do PPP, contudo, observamos que esta foi ministrada por uma empresa privada. Nesse caso, pode-se constatar a mercantilização da educação. A escola do campo, todavia, deve romper com essa lógica do capital e, conseqüentemente, contemplar alternativas de educação emancipatórias que instituem uma mudança estrutural na educação e que

possibilitem ir além dessa lógica capitalista, esta que parece se tornar sacralizada no imaginário coletivo (Nascimento, 2011).

Sumidor também afirma que houve momentos de paradas pedagógicas destinados à leitura do PPP, no entanto, como analisado no discurso de Santa Rita e Ribeirão Vassoura, não ocorreu uma ocasião específica para o estudo aprofundado dele, sequer para sua atualização – que contasse com a presença do corpo docente.

Além disso, Sumidor enfatiza que o PPP da escola possui uma estrutura pré-estabelecida pela Secretaria de Educação e Cultura e que, por isso, a escola realiza somente adaptações administrativas de acordo com a realidade escolar, como, por exemplo, a alteração de projetos educacionais, o quadro de funcionários, a atualização do número de estudantes e de comunidades atendidas pela escola. Por fim, o pesquisado frisa que essas modificações são realizadas pela direção da escola. Em virtude disso, é possível observarmos que não há uma atualização coletiva do PPP. Ela permanece, exclusivamente, no campo da idealidade; sendo, dessa forma, um documento de gabinete imposto à escola do campo a partir de uma perspectiva urbanocêntrica.

Consoante Vasconcelos e Oliveira (2009, p. 47), “não compete à equipe diretiva assumir o papel de guardião do projeto, e em especial do cumprimento da programação. Isto é tarefa de todos”. Além disso, Bento e Longhi (2006) apontam que a construção do PPP não deve ser autoritária e hierárquica, dado que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimento, mas, sim, um ambiente privilegiado para realizar um trabalho pedagógico amplo, que vise à formação integral dos cidadãos; tornando-os capazes de exercer a cidadania por meio da participação e reflexão da realidade da comunidade escolar.

Enfim, a última questão orientadora realizada com a gestão escolar procurou compreender: c) quais são os principais desafios enfrentados pela gestão escolar nas tentativas de articulação da participação ativa dos professores e da comunidade local na construção do Projeto Político Pedagógico da escola do campo?

Sumidor: Talvez, até por ser já um documento que é bastante já... não é novo... ele já tem aí um tempo já que existe e, mesmo assim, ainda falta conhecimento das pessoas. A gente observa, porque, por ser um documento extenso, por se falar em reunião a gente já tem um pouco de resistência. Talvez, esse seja o principal desafio que a gente acaba encontrando, isso mesmo até pelo corpo da escola, porque, como disse o Ribeirão Vassoura antes, troca muito os professores, agora ali do ano passado pra cá que a gente tá com os professores

efetivos nos anos finais, e isso, contribui bastante, porque os que estão aqui vão tomar conhecimento e vão dar uma sequência naquilo e os professores novos, que chegam, nem todos, pedem o documento, ou leem o documento, então existe sim, uma resistência e, talvez, esse seja um dos principais desafios que a gente encontra, de fazer observar a importância que esse documento tem pro dia a dia do trabalho da escola e dar sequência a isso... usar nas suas aulas, nas reuniões, trazer pras famílias, talvez seja esse um dos desafios encontrados.

Sumidor afirma que ainda há falta de conhecimento sobre o PPP. Sendo assim, um dos desafios encontrados é a resistência de algumas pessoas em debatê-lo devido à extensão desse documento, assim como a relutância no que tange a compreender a importância dele para o cotidiano escolar. Além desses fatores, a gestão escolar revela que a troca frequente de professores também contribui para esses impasses, uma vez que nem todos os novos profissionais o solicitam ou o leem.

Ao confrontarmos, entretanto, as considerações dos professores Santa Rita e Ribeirão Vassoura com as de Sumidor, não é possível identificar a resistência existente, por parte dos professores, no que compete à atualização do PPP da escola do campo. O discurso do grupo docente evidencia, em oposição à gestão escolar, que não há nessa instituição momentos destinados para atualização do documento e que a leitura dele deve ficar a cargo dos docentes. Faz-se necessário, portanto, que a gestão promova períodos de estudos e, sobretudo, ocasiões destinadas à reescrita de forma coletiva do documento, estas que contemplem a presença de toda a comunidade escolar. Para então, ouvir suas demandas, considerando as especificidades que permeiam a escola do campo; para que haja, finalmente, uma educação contextualizada e alinhada às demandas da comunidade campestre.

Sumidor, ainda reforça a necessidade de conscientizar professores e famílias sobre a importância do PPP para o dia a dia da escola. Isso posto, Longhi e Bento (2006, p. 175) afirmam que, “os funcionários devem ser sensibilizados a participar da elaboração do PPP, o que poderá acontecer de diversas formas: acreditando que este processo pode melhorar a educação; buscando as questões que influenciam o trabalho desenvolvido na escola”.

Por fim, diante da análise dos diálogos da roda de conversa, reafirma-se a ilusão da atualização coletiva do Projeto Político Pedagógico, haja vista que foi possível observar que não há um momento específico dentro do planejamento da escola do campo destinado a esse fim. Não há, logo, na prática cotidiana uma ação concreta direcionada a isso.

Em resumo, ao considerarmos as diferentes perspectivas apresentadas pela roda de conversa, realizada com parte da comunidade escolar – gestão escolar, professores e famílias dos estudantes – fica evidente que o PPP da escola do campo não deve ser um documento burocrático imposto, voltado a atender exigências administrativas. Pelo contrário, tem de ser um documento vivo, construído coletivamente com a colaboração da comunidade escolar. Além disso, precisa considerar os saberes da comunidade na qual a escola está inserida, bem como estar em constante transformação!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificarmos a percepção da comunidade escolar sobre a construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola do campo de Pouso Redondo (SC), foi possível perceber que há uma convergência sobre a importância do PPP da escola do campo. Observamos alguns desafios a serem superados, no que se refere à importância da atualização coletiva desse documento, como, por exemplo, a inexistência de um momento específico, que conte com a presença da comunidade escolar, destinado à atualização dele. Constatamos que o PPP da escola pesquisada é ofertado para essa instituição por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Trata-se de um documento com uma estrutura pré-estabelecida, na qual somente a direção da escola realiza as alterações que considera necessárias, como o número de funcionários e estudantes e projetos desenvolvidos pela instituição escolar.

Neste contexto, surgem alguns questionamentos relacionados à atualização do Projeto Político Pedagógico, entre eles: por que a gestão escolar aceita a estrutura pré-estabelecida do PPP? De que forma o PPP poderia ser atualizado coletivamente? Quais estudos são necessários para a atualização do PPP? A Educação do Campo, neste sentido, é, realmente, praticada na escola do campo, ou tem uma perspectiva urbana?

Desse modo, para fortalecer a identidade de uma escola do campo do município de Pouso Redondo (SC) e, assim, promover uma educação contextualizada, é necessário – além de revisar o PPP adicionando nele elementos que representem a realidade e os anseios dos povos do campo – realizar um esforço coletivo, envolvendo a comunidade escolar para sua modificação. Essa atualização contribuirá, afinal, para uma educação comprometida com as necessidades e especificidades dos povos do campo.

Isto posto, infere-se que a reescrita do PPP, quando realizada coletivamente, constitui-se como um movimento de resistência, resultado dos anseios das comunidades camponesas por uma escola que atenda às reivindicações dos povos do campo; visando sua autonomia, pautando-se em um projeto de campo crítico e responsável pela direção do seu futuro, opondo-se às demandas capitalistas que constituem o cenário catarinense.

Diante disso, indo ao encontro dos anseios dos povos do campo, faz-se necessário a concretização de uma escola comprometida a atender as demandas e as urgências dessa população e, sobretudo, capaz de garantir a efetivação das políticas públicas destinadas ao campo.

Em última análise, evidencia-se que a atualização do PPP da escola do campo do município de Pouso Redondo (SC) não pode ser apenas um documento burocrático, é preciso que ele se afirme como um movimento de empoderamento dos povos camponeses. É fundamental que o PPP se pautar em uma educação que leve em conta as aspirações, especificidades e as formas de organização social, política, econômica e cultural da área camponesa; promovendo, por conseguinte, a formação de sujeitos críticos, articulados e protagonistas de suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Karla Lucia; LONGHI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3 n. 9, p. 173-178, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/migrados/File/professores/coletivo.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2023

CALDART, Roseli. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, 2004b.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1333491397.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIERREZ, Gustavo Luís e CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. Tradução. São Paulo: Cortez, 1998. . . Acesso em: 16 jul. 2024.

LIMA, Elmo de Souza. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação. *In*: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da. (Org). **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

LUZ, Adriana Correia da. Projeto Político Pedagógico: estariam os professores participando da sua elaboração, acompanhamento e avaliação? *In*: **Conedu**: VII Congresso Nacional de Educação, Maceió, 2020.

MACEDO, Marinalva Sousa. **A construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo**: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação do campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica. **Nera**, Presidente Prudente, v. 18, n. 14, p. 106-124, jan/jun, 2011. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i18.1346>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1346>. Acesso em: 30 jan. 2023

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Sociologia**. Paraná, 2008.

REIS, Edmerson dos Santos. **O Projeto Político Pedagógico nas escolas do campo**: um instrumento essencial. Teresina: *In*: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da (Org.). **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

SOUZA, Maria do Rosário Santos. **A contribuição do Projeto Político Pedagógico para a formação da identidade das escolas do campo**: um estudo sobre o subsistema de Maricaoabo - Valença- Bahia. 2016. 205 f. Tese (Doutorado em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas S.A, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Educação Popular: uma história, um que-fazer. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 135-146, ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2009.132.05>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4939/2189>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*:

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Recebido em: Julho/2024.

Aprovado em: Fevereiro/2025.